



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2023.
(Do Sr. Deputado **Mario Frias**)

Solicita ao Excelentíssimo Ministro da Defesa, Sr. José Lúcio Monteiro Filho, informações a respeito da autorização de transporte de alimentos adquiridos do MST para a Faixa de Gaza, realizado pela Força Aérea Brasileira.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitamos a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro da Defesa, Sr. José Lúcio Monteiro Filho, informações a respeito da autorização de transporte de alimentos adquiridos do MST para a Faixa de Gaza, realizado pela Força Aérea Brasileira.

De acordo com notícias compiladas da grande mídia e de redes sociais e portais oficiais de instituições vinculadas ao Governo Federal, obtivemos informações que na data de 30/11, decolou uma aeronave da FAB com destino as proximidades da Faixa de Gaza, com o declarado intuito de entregar doações de alimentos produzidos pelo MST – Movimento Sem Terra, à população civil que reside em Gaza, onde atualmente ocorre conflito armado entre Israel e o grupo terrorista Hamas, que ocupa aquele espaço geográfico.

Diante desses fatos noticiados, entendemos por bem, solicitar documentos e apresentar os seguintes questionamentos referentes ao tema proposto:

- 1- Requeremos informações com o envio da Nota Fiscal referente à remessa, a título de doação, de 2 (duas) toneladas de alimentos, da “instituição” MST, ao Governo Federal, Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores e ou FAB?
- 2- Requeremos informações com o envio do plano de viagem, da aeronave da FAB, realizados em 30/11, e datas posteriores, até a efetiva resposta desse Requerimento, que tenham o mesmo objetivo de ajuda humanitária para as promidades de Gaza, mais precisamente com destino ao Egito.
- 3- Requeremos informações sobre qual a aeronave utilizada para tal missão, bem como, relatório de voo, detalhando nominalmente o efetivo militar e civil que compõe a missão e/ou missões que se sucederem até a resposta do presente documento.



- 4- Requeremos, informações com relatório sobre peso e balanceamento da aeronave utilizada para tal missão, no momento de cada decolagem realizada.
- 5- Requeremos, ainda, informações quanto a planilha de custos da viagem em tela, bem como as que sucederam até a resposta do presente documento.

Importante destacar que informações disponibilizadas no portal de transparência do Governo Federal, não eximem o requerido Ministério de apresentar os dados solicitados, no que requeremos que as informações pedidas sejam precisas e pormenorizadas.

JUSTIFICAÇÃO

Causa-nos grande preocupação a notícia de que aeronaves da FAB estão transportando material de doação, tida como alimentos, para a area de conflito internacional, denominada Faixa de Gaza.

São diversos pontos dúbios que nascem desta atuação do Governo Federal. O primeiro deles perfaz sobre a motivação do Governo Brasileiro estar enviando 2 (duas) toneladas de alimentos de terceiros, sendo que os estoques da CONAB estão cheios, podendo então o Governo atuar com ajuda humanitária utilizando os seus estoques.

De outro norte, sabemos que duas toneladas de alimentos, para uma população de 2.2 milhões de pessoas (que vivem na zona de conflito), é uma quantidade ínfima, que em nada resolve o problema ali apresentado, ao passo que o transporte desse material em gastos de pessoal, combustível, manutenção de aeronave, entre outros, é muito superior ao gasto para adquirir os alimentos no Egito, exemplificativamente falando.

Ademais, além de possível malversação do erário, o que fere de morte importantes primados da administração pública, no que podemos citar de forma exemplificativa, o princípio da impessoalidade que estabelece o dever de imparcialidade na defesa do interesse público, impedindo discriminações e privilégio indevidamente dispensados a particulares e instituições no exercício da função administrativa, inclusive em relação de conflito internacional.

O devido uso do erário, com zelo e responsabilidade é o minimamente esperado pelo gestor público, no que eu como parlamentar tenho o dever/poder de zelar e fiscalizar.

Por essa razão, solicitamos que sejam prestados os devidos esclarecimentos e o envio da documentação solicitada.

Sala de Sessões, 31 de outubro de 2023.

Deputado **MARIO FRIAS**
PL/SP

